

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.149 - PR (2019/0058982-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ROZELENE GONCALVES
RECORRIDO : CLEBER MARTINS DE ARAUJO GONCALVES
ADVOGADO : CRISAINÉ MIRANDA GRESPAN - PR046133

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PENSÃO POR MORTE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão proferido pelo TRF-4ª Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR. REPERCUSSÃO GERAL. RE Nº 631.240/MG. TEMA STJ Nº 660. CARTA DE EXIGÊNCIA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

1. No julgamento do recurso paradigma, RE nº 631.240/MG, o Supremo Tribunal Federal concluiu no sentido da indispensabilidade do prévio requerimento administrativo para obtenção de benefício previdenciário como pressuposto para que se possa ingressar em juízo, não sendo necessário, contudo, o esgotamento da questão no âmbito administrativo.
2. Tendo havido prévio indeferimento administrativo do pedido de concessão de pensão por morte, resta demonstrado o interesse processual da parte autora na propositura da ação.
3. Não é obrigatória a autenticação dos documentos aportados aos autos, incumbindo à *ex adversus* o ônus de alegar o vício de forma ou defeito substancial, sob pena de serem considerados autênticos.
4. Não há falar em carência da ação, quando, presente a postulação administrativa, o pedido for nela negado, diante do não cumprimento de diligência que se mostra desarrazoada.
5. Apelo provido para anular a sentença de extinção sem julgamento do mérito e determinar o prosseguimento do processo com a abertura da instrução.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o INSS violação do artigo 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal *a quo* foi omissivo em relação ao real motivo do indeferimento administrativo. Sustenta, ainda, que houve violação dos artigos 17 e 927, III, do CPC/2015, 35, 37 e 41-A, da Lei 8.213/1991 e 174 do Decreto 3.048/1999, ao argumento de que o indeferimento administrativo por ausência de apresentação dos documentos exigidos não serve para configurar o interesse de agir do segurado.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão recorrido.

Noticiam os autos que Rozelene Gonçalves ajuizou ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando a concessão de pensão por morte em virtude do óbito de seu filho.

A sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito, em razão da falta de interesse de agir, com fulcro no artigo 267, VI, do CPC/1973.

A parte autora, ora recorrida, apelou, tendo o Tribunal *a quo* dado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

Opostos embargos de declaração pelo INSS, foram rejeitados.

Interposto recurso especial, admitido pelo Presidente do Tribunal *a quo*.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ que assim dispõe *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Cumprido enfrentar, em preliminar, a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015.

Quanto ao ponto, o recorrente sustenta que o Tribunal *a quo* se manteve omissor quanto ao real motivo do indeferimento administrativo.

No caso em análise, Tribunal *a quo*, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que o requerimento administrativo formulado pela parte autora fora indeferido em razão da não apresentação de documentação autenticada que comprovasse a condição de dependente.

Depreende-se, portanto, da leitura do acórdão, que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou da questão suscitada, qual seja, o motivo do indeferimento administrativo, não se podendo afirmar que houve omissão por sua parte, mas apenas conclusão sobre os fatos dissonante daquela pretendida pela Autarquia previdenciária.

Na linha da jurisprudência do STJ, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 INEXISTENTE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO ANTES E APÓS A CF/1988. MATÉRIA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA RESERVADA AO STF.

1. Inexiste a alegada negativa de prestação jurisdicional, visto que a Corte de origem apreciou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

2. O Tribunal *a quo* resolveu a questão da revisão do benefício previdenciário com fundamentação eminentemente constitucional, razão pela qual não é possível sua revisão na via eleita.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.740.348/RS, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 21/6/2018, DJe 22/11/2018)

Rejeitada, portanto, a preliminar de violação do artigo 1.022 do CPC/2015.

A questão central da controvérsia recursal diz respeito à possibilidade de o indeferimento administrativo, por ausência de apresentação dos documentos exigidos pelo INSS, servir para configurar o interesse de agir para ajuizamento de ação previdenciária.

O Tribunal de origem consignou que a ausência de requerimento administrativo implicaria falta de interesse agir, mas consignou que, no caso em apreço, houve requerimento administrativo e que este foi indeferido. Acrescentou que a imposição administrativa que motivou o indeferimento, qual seja, a juntada de cópia não autenticada dos documentos, se revelou desproporcional, abrindo-se espaço para a outorga da tutela jurisdicional. Argumentou, ainda, que a autenticação só seria necessária se a parte contrária colocasse em dúvida a sua veracidade.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem não se manifestou, nem ao menos tacitamente, acerca dos dispositivos tidos pelo recorrente como violados, quais sejam, os artigos 17 e 927, III, do CPC/2015, 35, 37 e 41-A, da Lei 8.213/1991 e 174 do Decreto 3.048/1999, pois fundamentou sua conclusão na desproporcionalidade da exigência de cópia autenticada dos documentos pela Autarquia previdenciária.

Consequentemente, não se mostra atendido o requisito do prequestionamento nos termos da Súmula 282/STF segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A MOLÉSTIA E A ATIVIDADE DESEMPENHADA. ACÓRDÃO FUNDADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 399, II, e 425 do Código de Processo Civil/1973, pois a tese legal apontada não foi analisada pelo acórdão hostilizado.
2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de possível omissão no julgado.
3. Assim, perquirir, nesta via estreita, ofensa das referidas normas sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo a quo é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".
4. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "o segurado não faz jus à reparação acidentária, uma vez que as moléstias que a acometem não guardam relação com o trabalho".
5. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.
6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.668.654/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/6/2017)

Destarte, quanto ao ponto, o recurso especial não comporta conhecimento.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III e V, do CPC/2015 c/c o artigo 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

